

## **Brasil**

- Superfície : 8 547 400 km<sup>2</sup>.
- População : 189 323 000.
- Língua : português.
- Presidente da República : Luiz Inácio Lula da Silva.

**Dois jornalistas foram assassinados em 2007, mas só um homicídio parece estar ligado ao exercício da profissão. Ainda não tiveram fim as agressões violentas nem as tentativas de atentado contra a imprensa. Esta tem que enfrentar, principalmente, a multiplicação de medidas de censura prévia. Um anteprojeto de lei, com debate esperado para 2008, prevê a revogação da Lei de Imprensa de 1967, herdada da ditadura militar.**

Assassinado em 5 de maio de 2007, no Estado de São Paulo, Luiz Carlos Barbon Filho, 37 anos, havia feito muitos inimigos ao denunciar práticas ilícitas de certos políticos locais. O cronista do semanário *Jornal do Porto* e do diário *JC Regional* havia até acusado quatro empresários e cinco funcionários públicos de Porto Ferreira - onde dois motoqueiros o mataram a tiros -, de suposto envolvimento em abusos sexuais sobre adolescentes, em 2003. O diário *A Folha de São Paulo* anunciou interrogatório de vários policiais militares, suspeitos de terem participado do crime.

Não se priorizou a pista profissional quando do assassinato a tiros de Robson Barbosa Bezerra, em 8 de fevereiro, no Rio de Janeiro. Vítima de ameaças e agressão pouco antes da morte, o fotógrafo independente tinha sido objeto de queixas por “violências conjugais” e por altercação com um colega. A polícia não determinou o móvel do crime.

### **Na mira do crime organizado**

Desde 22 de novembro, João Alckmin está sob proteção policial. Primo-irmão de Geraldo Alckmin, adversário derrotado pelo Presidente Lula nas últimas eleições presidenciais, o apresentador do programa “ShowTime”, da *Rádio Piratininga*, escapou por pouco da morte, naquele dia, depois que um motoqueiro atirou nele, numa rua de São José dos Campos (Estado de São Paulo). O jornalista, ameaçado, realizava inquérito sobre a máfia do jogo. Ele já havia sido vítima de um primeiro atentado, em 5 de julho.

Quatro indivíduos que participam do crime organizado, dois dos quais menores de idade, foram presos por terem baleado, em 27 de setembro, em Brasília, o repórter Amaury Ribeiro Júnior, do diário *Correio Braziliense*. A polícia privilegiou a pista do crime comum. Em janeiro, cinco desconhecidos armados invadiram o domicílio de Domingues Júnior, apresentador do canal local *RedeTV Rondônia*, em Porto Velho, para ameaçá-lo e roubá-lo.

A vítima atribuiu o atentado a represálias por suas denúncias sobre compras de votos e corrupção dentro da Polícia Federal, que lhe tinham valido ameaças de morte.

Por fim, revelações sobre casos de desvios de verbas em Várzea da Palma, no Estado de Minas Gerais, podem ter sido a causa do incêndio criminoso que causou sérios estragos, em 9 de abril, à redação da *Tribuna do Povo*.

### **Censura prévia**

Mas, acima de tudo, a imprensa é obrigada a enfrentar outra ameaça, desta vez legal : a censura prévia. Assim, em 26 de janeiro, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Mato Grosso do Sul proibiu o diário regional *O Correio do Estado* de mencionar, em suas colunas, o nome de André Puccinelli Jr, filho do governador do Estado, envolvido num caso de fraude eleitoral. Essa censura, aplicada a toda à mídia, foi agravada por multa de cerca de 18 500 euros a cada menção do nome, se houvesse infração à decisão do TRE.

Em 9 de fevereiro, uma jurisdição do Estado de Santa Catarina proibiu - e impôs multa de cerca de 774 euros por dia em caso de infração -, o diário *Gazeta de Joinville* de publicar qualquer artigo que mencionasse o nome do prefeito da cidade, Marco Tebaldi, da mulher e da ex-miss Brasil, Taiza Thomsen. O diário tinha revelado relação amorosa entre a ex-miss e o prefeito.

Em 15 de junho, a Justiça do Estado de São Paulo proibiu o semanário *Folha de Vinhedo* de publicar entrevista em que o ex-secretário jurídico do município de Vinhedo (Estado de São Paulo), Paulo Cabral, denunciava o envolvimento de autoridades locais em casos de corrupção. Foi também estabelecida multa de cerca de 200 euros por artigo reproduzido e divulgado. O magistrado que julgou o recurso revogou a decisão, em janeiro de 2008.

Por fim, em 21 de junho, o prefeito de Salvador, João Henrique, conseguiu, na Justiça, que a rede *Metrópole* (composta por estação de rádio, revista, site e blog) fosse proibida de citar seu nome, com multa de 77 000 euros se infringisse a decisão. Essa medida foi tomada após a publicação da primeira edição da revista *Metrópole*, distribuída gratuitamente, que apresentava caricatura do prefeito na primeira página. A Justiça também determinou a apreensão de 30 000 exemplares, mas um recurso revogou a sentença, em nome da liberdade de expressão.

### **O fim da Lei de Imprensa de 1967?**

Se as relações entre o Governo Federal e a imprensa - que, de início, lhe era quase hostil - melhoraram, o mesmo não aconteceu no caso de certos apoiantes do Presidente Lula. Em 25 de janeiro, o ex-secretário de Comunicação do Presidente, Luiz Gushiken, suspeito num caso de desvio de verbas, endereçou à Diretoria Geral da Polícia Federal uma lista com nomes de jornalistas que “poderiam atentar contra sua honra”. O fato, inédito, visava principalmente a Leonardo Attuch, do semanário *Isto É*, Lauro Jardim e Diogo Mainardi, do semanário *Veja*, bem como jornalistas do semanário *Carta Capital*. Em 31 de julho, uma resolução da Comissão Nacional do Partido dos Trabalhadores pediu que os militantes se mobilizassem contra certa categoria da mídia, suspeita de “jogar o jogo da oposição”, principalmente o canal *TV Globo* e os diários *Correio Braziliense*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* ou, ainda, *A Folha de São Paulo*.

Apesar desses episódios, a imprensa brasileira pode esperar progressos da atual maioria. Assim, um deputado federal, Miro Teixeira, apresentou, no mês de dezembro, anteprojeto de lei que revoga a lei de 9 de fevereiro de 1967. Essa herança da ditadura militar (1964-1985), ainda parcialmente utilizada, prevê penas de prisão para delitos de “calúnia”, “difamação” e “injúria”, que o novo texto deverá suprimir.

### **A Internet dos excessos**

O Brasil conta com uma das maiores comunidades de internautas do planeta. O país tomou a decisão de regulamentar a Tela, o que dá freqüentemente lugar a medidas desproporcionadas. Após a difusão de um vídeo no site de partilha de vídeos YouTube, a Corte de São Paulo ordenou aos fornecedores de acesso que bloqueassem o acesso ao site durante uma semana, embora o YouTube já tivesse retirado o filme em questão de sua rede. O equivalente brasileiro à rede social Facebook, Orkut, foi objeto de medidas judiciais, por ter sido acusado de divulgar mensagens de teor racista, pedófilo e homófobo. O Orkut pertence à Google e a Corte de São Paulo quer fechar o ramo brasileiro da empresa norte-americana para que essa rede social não prejudique os cidadãos.

Em 2007, o Brasil acolheu o Fórum Mundial de Governança da Internet. Reunidos sob o patrocínio das Nações Unidas, representantes de diversos países manifestaram o desejo de não deixar o controle dos nomes dos domínios unicamente nas mãos do ICANN, uma empresa americana.